

A BNCC: o ensino de Geografia na área de Ciências Humanas no Novo Ensino Médio no Tempo Integral (EMTI) em Minas Gerais

Pedro Paulo Mesquita Mendes ¹
Robério Francisco de Macêdo ²

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo investigar o pensamento geográfico na área de conhecimento Ciências Humanas, observando as propostas oriundas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dentro do Novo Ensino Médio (NEM). Para a elaboração da pesquisa, primeiramente, foi realizado o levantamento bibliográfico e documental com intuito de direcionar a abordagem teórico-conceitual sobre pensamento geográfico e Ciências Humanas, e posteriormente, a interdisciplinaridade na área de conhecimento Ciências Humanas. A relevância da pesquisa se faz necessária, para entender as possíveis perdas/ganhos do pensamento geográfico dos estudantes do Novo Ensino Médio. Assim, a pesquisa se configura sendo uma Pesquisa-documental (BNCC e demais documentos orientadores para implementação) e uma Pesquisa-participante (com os professores de Geografia atuantes na educação básica no estado de Goiás). Por fim, a diminuição da Ciência Geográfica no currículo do Novo Ensino Médio pode trazer perdas significantes para os estudantes do século XXI.

Palavras-chave: BNCC; Pensamento Geográfico; Ciências Humanas; Novo Ensino Médio.

ABSTRACT

The present research aims to investigate geographic thinking in the area of knowledge Human Sciences, observing the proposals arising from the National Common Curricular Base (BNCC) within the New Secondary Education (NEM). To prepare the research, firstly, a bibliographic and documentary survey was carried out with the aim of directing the theoretical-conceptual approach to geographic thinking and Human Sciences, and subsequently, interdisciplinarity in the area of knowledge Human Sciences. The relevance of the research is necessary to understand the possible losses/gains of the geographic thinking of New High School students. Thus, the research is configured as a Documentary Research (BNCC and other guiding documents for implementation) and a Participant Research (with Geography teachers working in basic education in the state of Goiás). Finally, the reduction of Geographic Science in the New High School curriculum could bring significant losses for students in the 21st century.

Keywords: BNCC; Geographical Thinking; Human Sciences; New High School.

¹ Doutorando do Curso de Pós-graduação da Universidade Federal de Goiás- UFG, pedro_mendes@discente.ufg.br;

² Mestrando pelo Curso de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, roberiomacedo2013@gmail.com;

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas vem ocorrendo transformações significativas nos processos produtivos, nas relações de trabalho e no modo de vida das pessoas. Um novo paradigma pairou sobre a Educação brasileira, como a educação poderia se reelaborar para acompanhar as transformações profundas na sociedade? Quais as contribuições que a educação poderia fazer para formação intelectual e crítica dos alunos num mundo globalizado que está valorizando, cada vez mais, a criatividade e os recursos tecnológicos? E como a educação poderá contribuir na formação do aluno para o mercado de trabalho e para a cidadania? Entre essas e outras indagações se viu a necessidade de reestruturar o currículo da Educação Básica do Brasil. Entre as medidas iniciais, temos a formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que se trata de um projeto de Estado, com nenhuma vinculação a projetos de governos. Entretanto, como qualquer projeto de Estado, os conceitos e métodos estabelecidos estão longe do consenso e próximo de convergências de opiniões e interesses de grupos específicos.

Assim, a BNCC é um documento de caráter normativo que tem como eixo principal a definição do conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais, estabelecendo as competências e as habilidades que todos os alunos devem alcançar ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. A Base tem por princípio assegurar os direitos de aprendizagem, cidadania e consciência crítica, e estando em total conformidade com que está estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE).

Contudo, a BNCC traz mudanças significativas para o ensino de Geografia e que consequentemente traz mudanças também na formação dos professores de Geografia. A proposta da BNCC mais significativa está na etapa do Ensino Médio, sendo estruturado em quatro áreas do conhecimento, a saber: Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Dentro da área Ciências Humanas está aglutinado as disciplinas; História, Filosofia, Sociologia e a Geografia. Neste contexto, é necessário observar como o pensamento geográfico atende as propositivas da área do conhecimento de Ciências Humanas, e se estão alinhadas as competências e habilidades propostas pela Base.

Assim, com a aglutinação da Geografia em uma área do conhecimento, a estrutura curricular passa há dividir com as demais estruturas postas na área de Ciências Humanas. Os conceitos e categorias geográficas dividem o tempo da hora-aula com as demais disciplinas da área. Nessa premissa, a implementação da BNCC ressignifica o ensino de Geografia e diminui os conhecimentos geográficos em detrimento da propositora da área de Ciências Humanas.

Diversos teóricos dentre eles Foucault (1999), Santos Boaventura (2010), Portela (2018), discutem sobre as concepções e fundamentações sobre Ciências Humanas, a qual, embora se aproxima aos conhecimentos geográficos, porém não tem a total completude da atual identidade escolar da disciplina de Geografia.

Neste aspecto, a hipótese proposta pela pesquisa é que: com a aglutinação da Geografia na área de conhecimento Ciências Humanas, a construção do pensamento geográfico dos estudantes poderá ter perdas significativas, e a não efetivação da interdisciplinaridade com as demais ciências da área do conhecimento, por causa da baixa carga horária destinada à Ciências Humanas em todos Ensino Médio.

Com isso, quais seriam os impactos na formação do pensamento geográfico dos estudantes? Além de, - quais as contribuições efetivas das Ciências Humanas para construção do conhecimento geográfico? Quais as contribuições da interdisciplinaridade no ensino de Geografia no nível do Ensino Médio? Enfim, quais os reais objetivos da inserção da Geografia como uma das disciplinas integrantes das Ciências Humanas pela BNCC?

Por essas indagações, a pesquisa justifica-se por dois aspectos fundamentais, a saber: 1) As implicações da Ciências Humanas para o ensino de Geografia proposta pela BNCC, observando as possíveis perdas/contribuições para a formação do pensamento geográfico. 2) A necessidade de verificar o grau de importância dos conhecimentos geográficos e as alterações no currículo pertinentes que foram realizadas pela BNCC e a efetivação de uma interdisciplinaridade entre as disciplinas da área de Ciências Humanas.

A referência básica de sustentação da pesquisa se faz pelos eixos e autores: i) no entendimento de Ciências Humanas: Foucault (1999); Santos Boaventura (2010); Portela (2018). ii) reflexos nas mudanças educacionais: Young (2011); Santos; Prestes; Vale, (2006); Couto (2016). iii) currículo escolar: Straforini (2011); Domingues; Toschi; Oliveira (2000); Goodson (2007); Pereira (2004). iv) ensino de Geografia e pensamento geográfico: Cavalcanti (1998; 2012); Callai (2003); Castellar (2000). Entre outros autores que tenham pertinência ao que está estabelecido na pesquisa e os documentos oficiais relacionados a BNCC.

Assim, a pesquisa tem por objetivo geral: Investigar o pensamento geográfico na área de conhecimento Ciências Humanas, observando as propostas oriundas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Seguindo pelos objetivos específicos: Compreender a trajetória da inserção da disciplina de Geografia num projeto de educação curricular nacional e sua a aglutinação na área de conhecimento de Ciências Humanas; Desvendar as ações pedagógicas e os procedimentos metodológicos utilizados pelos professores de Geografia no Novo Ensino Médio; Analisar as percepções dos professores formados em Geografia quanto aos objetos de

conhecimentos propostos na área de conhecimento Ciências Humanas; Verificar a interdisciplinaridade entre as disciplinas da área de Ciências Humanas.

METODOLOGIA

Os procedimentos da pesquisa serão: O levantamento bibliográfico, se faz fundamental para compreensão e dimensionamento da temática estudada, entre as referências aprofundadas estão: interdisciplinaridade; Ciências Humanas, o pensamento geográfico no cenário atual, a construção do currículo escolar, e entre outros assuntos relevantes para o desenvolvimento da pesquisa. Para a coleta de dados será utilizada a observação, aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, além disso, entrevistas, análise documental. Assim a referente pesquisa se configura numa Pesquisa-documental e Pesquisa-participante.

O recorte da pesquisa, se limita a cinco (5) escolas da Educação Básica do estado de Goiás. Tendo como os sujeitos da pesquisa os professores de geografia atuantes nestas escolas de Educação Básica. A amostragem será: os professores de Geografia de duas escolas particulares, duas escolas públicas e uma escola militar.

Os materiais e técnicas utilizado são: a observação, entrevista e questionário. Os dados utilizados consistem nos: planos de aulas e no planejamento anual da área de Ciências Humanas, fotografias das aulas acompanhadas. A técnicas empregada é o: questionários, roteiros de entrevistas, fichas de levantamento de dados e de informações de campo.

O estudo proposto como tese será devidamente submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Goiás, a fim de, elucidar sobre os objetivos da pesquisa. Os pesquisadores assinarão Termo de Livre Esclarecido, no intuito de preservar a identidade e integridade dos mesmos quando os resultados desta pesquisa forem publicados. Os documentos necessários ainda não foram submetidos ao CEP.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em diferentes momentos históricos, independentemente da situação socioeconômica, em princípio, buscou-se um projeto que padronizasse e unificasse a base da educação brasileira. Contudo, as várias vertentes propostas para educação brasileira não estavam desalinhadas com os eventos relevantes da história econômica e política mundial e nacional.

Como podemos verificar; antes da década de 1930, o Brasil não tinha um sistema regular de ensino que cobrisse todo o território, porém havia o interesse de formular práticas

educacionais de caráter gratuito, sendo uma educação comum a todos. Desse anseio, alguns intelectuais começaram a se movimentar em busca de uma educação democrática. Como consequência, em pouco tempo iniciou um processo de criação de leis que estabelecia o estado a responsabilidade de proporcionar um sistema de ensino. (SANTOS; PRESTES; VALE, 2006).

Assim, a forma da educação brasileira foi sendo instituída por leis, podemos demarcar dois momentos: i) a Lei de Diretrizes e Bases para Educação de 1961, concentrava na educação primária, secundária e ensino superior. ii) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, quando ficou de forma explícita a criação de caminhos para padronização e unificação da educação básica para todo o território nacional e acesso comum a todos os brasileiros (BRASIL, 1996).

Nos anos seguintes a promulgação da LDB, foi lançado os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) levando em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN, Lei 9131/95), que se baseava no discurso do avanço das tecnologias e da constituição de um mundo mais globalizado em alinhamento com as mudanças ocorridas ao longo da década de 1990. As intenções do PCNs não estavam no mérito de orientar um currículo básico e comum, mais a sua implementação possibilitou ao rumo à construção de conhecimentos e conteúdo que pudessem ser desenvolvidos em todas as escolas brasileiras, em consonância aos interesses do poder público (PORTELA, 2018).

Em relação a Geografia, os PCNs trazem como disciplinas a partir do Ensino Fundamental: nos Anos Iniciais, a Geografia está associada a História, já nos Anos Finais, tem uma independência como disciplina. No Ensino Médio a Geografia faz parte das Ciências Humanas. Porém, várias críticas surgiram aos PCNs, pelos mais diversos motivos; de uma linguagem complexa, contexto político e pedagógico, aproximação com os ideários de consumismo e competitividade, pela abertura do privado e individual em prol do coletivo, e por fim, concepções de meritocracia (STRAFORINI, 2001). Já as críticas aos PCNs em relação a Geografia, segundo Straforini (2011), o documento aponta incoerências nas definições de conceitos e nas categorias geográficas, na valorização da Geografia humanística e uma aproximação com a Filosofia das técnicas.

Independente dos problemas do PCNs, ainda é o documento que norteia a Educação Básica até todos os envolvidos pelo setor educacional consigam implementar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Resquícios dos PCNs podem está nas propostas da BNCC para o ensino da Geografia, por mais que não estejam referenciados, e no que tange a interdisciplinaridade.

Seguindo os anseios de uma educação comum a todos os brasileiros, os PCNs foi só prato de entrada. Em seguida para consolidar a educação brasileira como uma peça única, a elaboração da BNCC, que tem por objetivo; direcionar os sistemas de ensino na definição dos objetos de conhecimento que iram compor os currículos a todos os níveis da Educação Básica.

O documento da BNCC levou alguns anos para ser editado, tendo duas versões e passando por várias revisões. Quando no primeiro semestre de 2017 foi publicado a versão correspondente ao Ensino Fundamental, e no mês de dezembro do mesmo ano foi publicado a versão do Ensino Médio. As contribuições para o documento são oriundas de discussões e debates que envolveram educadores, a comunidade científica e a sociedade em geral.

Contudo a elaboração de uma base nacional comum está inserida na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que traz a obrigatoriedade da criação de uma base nacional comum a todos os níveis da Educação Básica. É de forma mais singela, aparece na Constituição Federal de 1988, que estipulava a necessidade de conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental.

Por assim dizer, a BNCC tem como pedra fundamental o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento do aluno, se alinhado a valores produzidos culturalmente, ao mundo do trabalho, ao exercício da cidadania e movimentos sociais, ao desenvolvimento das linguagens e atividades corporais. Assim, uma base comum curricular evita acontecimentos levantados por Domingues, Toschi e Oliveira (2000), a existência da modificação nos objetivos curriculares após as trocas de governos, colocando as políticas curriculares como sendo projeto de governo, que poderia gerar uma descontinuidade pedagógica e o não engajamento dos sujeitos educacionais.

Outras problemática para uma elaboração do currículo escolar consiste nas mudanças que a sociedade está passando, cada vez, mais rápida. Para Goodson (2007), a sociedade atual vive num processo constante de mudanças e sem uma base instável, com isso, os padrões de desenvolvimento de currículos se torna facilmente inadequados. Para que os currículos não caiam num limbo de status inadequado, a sua formulação deve ser em moldes de flexibilidade e se basear nas principais mudanças que a sociedade pode passar ao longo dos anos. Nesta perspectiva, o currículo é um documento que necessita de uma periodicidade para se debater e discutir os conteúdos que são mais pertinentes ao mundo vigente (SACRISTÁN, 2013).

Entretanto, a BNCC trouxe mudanças significativas para a disciplina de Geografia no nível do Ensino Médio. Na sua versão final, os componentes curriculares estão dispostos em quatro grandes áreas do conhecimento. Neste processo a Geografia esta agregada a uma estrutura curricular composta pela História, Filosofia e Sociologia, assim fazendo parte da composição da área de Ciências Humanas.

Para finalizar, a elaboração da BNCC vem para atender as demandas expostas; atender as exigências legais; colocar o currículo escolar num estado padronizado para todo o território nacional, observando as realidades locais e regionais; evitar a pluralização de currículos em cada sistema de ensino, evitando perdas pedagógicas e de aprendizagem a cada troca de governo; e na medida do possível, ter um currículo prepositivo sobre as constantes mudanças das demandas da sociedade atual.

A disciplina de Geografia faz parte da área do conhecimento das Ciências Humanas desde o ano de 2013, no Ensino Fundamental, quando houve a revisão das DCNs, mas no Ensino Médio já aparecia dentro dos PCNs no começo dos anos 2000. Nessa conjuntura, a Ciências Humanas foi pensando como aglutinadora de componentes curriculares, que incorporava os conteúdos e as tecnologias inerente a cada disciplina incluída na área.

Segundo Portela (2018), houve uma transgressão em incluir a Geografia a Ciências Humanas sem uma clareza de critérios. E que a terminologia Ciências Humanas é observada por diferentes correntes teóricas que vão desde o positivismo a ciência moderna, tendo a centralidade no estudo do homem e na humanidade, mas não tendo um consenso comum.

Para Foucault (1999), o surgimento das Ciências Humanas está ligado a partir do momento em que homem passou a ser objeto de estudo, e não apenas as suas representações sociais. E o contexto do estudo do homem vem de encontro com as implicações postas pela sociedade pós industrial. Mas, nas percepções levantadas por Foucault (1999), a ciências geográficas não estaria habilitada para a Ciências Humanas, pois os seus estudos vão além do objeto homem.

Assim, o que está de propositivo na BNCC em incluir a Geografia na área das Ciências Humanas, pode salientar a percepção de uma identidade não específica, um possível desaparecimento dos conhecimentos geográficos em detrimento das estruturas curriculares das demais disciplinas que compõem a área, e a possibilidade de que qualquer professor formado em algum componente curricular da área possa ministrar aulas de Ciências Humanas, assim como expõem Couto (2016), por essas razões não justifica a Geografia se compor no universo da Ciências Humanas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O exame da evolução da educação brasileira ao longo de diferentes períodos históricos revela um esforço constante para padronizar e unificar sua base, independentemente das condições socioeconômicas vigentes. O Brasil, antes da década de 1930, carecia de um sistema



educacional regular que abrangesse todo o território. No entanto, a existência do interesse em formular práticas educacionais gratuitas e comuns a todos era evidente. Esse anseio culminou em uma movimentação de intelectuais em busca de uma educação democrática, desencadeando a criação de leis que atribuíam ao Estado a responsabilidade de fornecer um sistema de ensino (SANTOS; PRESTES; VALE, 2006).

A instituição da educação brasileira por meio de leis demarca dois momentos essenciais: a Lei de Diretrizes e Bases para Educação de 1961, concentrando-se na educação primária, secundária e superior, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, explicitando a criação de caminhos para a padronização e unificação da educação básica em todo o território nacional, buscando acesso comum a todos os brasileiros (BRASIL, 1996).

Após a promulgação da LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram lançados, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN, Lei 9131/95). Embasados no discurso do avanço tecnológico e na constituição de um mundo mais globalizado, os PCNs, apesar das críticas, não apenas orientaram um currículo básico e comum, mas também possibilitaram a construção de conhecimentos e conteúdos em todas as escolas brasileiras, alinhados aos interesses do poder público (PORTELA, 2018).

No contexto da Geografia, os PCNs estabeleceram sua presença desde os Anos Iniciais até o Ensino Médio, fazendo parte das Ciências Humanas nesta última etapa. As críticas, contudo, surgiram por diversos motivos, incluindo linguagem complexa, contexto político e pedagógico, e aproximação com ideários de consumismo e competitividade. Especificamente em relação à Geografia, incoerências nas definições de conceitos e nas categorias geográficas foram apontadas, assim como uma valorização da Geografia humanística e uma aproximação com a Filosofia das técnicas (STRAFORINI, 2001; 2011).

Apesar dos problemas apontados nos PCNs, o documento continuou a nortear a Educação Básica até a transição para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Resquícios dos PCNs podem ser identificados nas propostas da BNCC para o ensino da Geografia, apesar de não estarem referenciados explicitamente, destacando-se na abordagem interdisciplinar.

A BNCC, concebida para atender às demandas legais e estabelecer um currículo escolar padronizado para todo o território nacional, reflete a pedra fundamental do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento do aluno. Ancorada na LDB de 1996 e na Constituição Federal de 1988, busca alinhar-se a valores culturais, ao mundo do trabalho, à cidadania, aos movimentos sociais, e ao desenvolvimento das linguagens e atividades corporais. Ao evitar modificações nos objetivos curriculares após as trocas de governos, a BNCC visa evitar

descontinuidades pedagógicas e desengajamento dos sujeitos educacionais, conforme alertado por Domingues, Toschi e Oliveira (2000).

No entanto, desafios emergem em meio às mudanças rápidas na sociedade contemporânea. A formulação do currículo escolar, conforme observado por Goodson (2007) e Sacristán (2013), deve ser flexível e periodicamente discutida para se adequar às transformações sociais. A BNCC, ao trazer mudanças significativas para a disciplina de Geografia no Ensino Médio, agregando-a a uma estrutura curricular composta por História, Filosofia e Sociologia, também suscita questionamentos sobre sua inclusão na área das Ciências Humanas.

A análise da relação da Geografia com as Ciências Humanas, iniciada em 2013 no Ensino Fundamental, gera debates sobre a clareza de critérios na inclusão da Geografia nessa área. Diferentes correntes teóricas, do positivismo à ciência moderna, observam as Ciências Humanas com centralidade no estudo do homem e da humanidade, sem consenso comum. A proposta de incluir a Geografia nas Ciências Humanas na BNCC, embora propositiva, levanta preocupações sobre a possível diluição dos conhecimentos geográficos e a flexibilidade para qualquer professor dessa área ministrar aulas de Ciências Humanas (COUTO, 2016).

Concluindo, os resultados indicam um caminho complexo e multifacetado na evolução do sistema educacional brasileiro, desde os primeiros esforços para a padronização até os atuais desafios da BNCC. O debate sobre a inclusão da Geografia nas Ciências Humanas destaca questões essenciais para a identidade disciplinar e a efetividade do ensino. A educação no Brasil, ao buscar uma base comum, enfrenta desafios constantes, e o desenvolvimento curricular deve ser contínuo e adaptável para atender às demandas da sociedade em constante transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso histórico da educação brasileira reflete uma busca constante por padronização e unificação, alinhada aos eventos econômicos e políticos tanto nacionais quanto mundiais. Desde os primeiros esforços antes da década de 1930 até a atualidade, observamos a evolução das leis educacionais, culminando na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996.

A trajetória delineada pelas leis educacionais, especialmente a LDB de 1996, conduziu à criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que, embora tenham enfrentado críticas, permanecem como referência até a implementação da Base Nacional Comum

Curricular (BNCC). Os PCNs, apesar de seus problemas, desempenharam um papel fundamental na definição de diretrizes para o ensino da Geografia, destacando a importância da interdisciplinaridade.

A BNCC, por sua vez, representa um marco significativo na consolidação de uma educação brasileira unificada. Ao longo de um processo complexo que envolveu discussões com educadores, a comunidade científica e a sociedade, a BNCC foi elaborada com o propósito de orientar os sistemas de ensino na definição dos objetos de conhecimento em todos os níveis da Educação Básica.

A necessidade de uma base nacional comum está intrinsecamente ligada à garantia do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento do aluno, alinhada a valores culturais, ao mundo do trabalho, à cidadania e aos movimentos sociais. Evitar a descontinuidade pedagógica e o alinhamento do currículo às constantes mudanças na sociedade são desafios abordados pela BNCC.

Contudo, é essencial reconhecer que a implementação da BNCC não ocorre em um vácuo. Questões como a rapidez das mudanças na sociedade e a necessidade de flexibilidade nos currículos são desafios apontados por estudiosos. A BNCC enfrentou o desafio de equilibrar a padronização nacional com a consideração das realidades locais e regionais.

No contexto específico da Geografia, a BNCC trouxe mudanças significativas no Ensino Médio, integrando a disciplina à área de Ciências Humanas. Essa mudança suscitou debates sobre a adequação da Geografia a esse contexto, questionando a clareza de critérios na inclusão da disciplina nas Ciências Humanas.

Diante dos desafios e das mudanças promovidas pela BNCC, é crucial monitorar sua implementação e avaliar seus impactos no ensino da Geografia. O compromisso com a qualidade da educação e a adaptação contínua aos desafios emergentes da sociedade são imperativos para garantir o sucesso da BNCC e, por conseguinte, da educação brasileira como um todo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília-DF, ano 134, n. 248, p. 2783327841, dez. 1996. Disponível em: . Acesso em: 10 out. de 2020.

_____. Ministério da educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de educação Básica. **Resolução Nº 7**, de 14 de Dezembro de 2010: Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino



Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília- DF: DOU de 15 dez 2010. Disponível em: rce007_10>. Acesso em: 20 out. 2020.

_____. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: MEC, 2001

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio). Parte IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília – DF, 2000. Disponível em: . Acesso em: 20 out. 2020.

_____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão definitiva. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: Acesso em: 15 out. 2020.

CALLAI, H. C. O ensino de Geografia: recortes espaciais para análise. In: CASTROGIOVANNI, A. C. et al. **Geografia em sala de aula**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/AGB-Seção Porto Alegre, 2003.

_____, H. C. **A formação do profissional da geografia**: o professor. Ed. Unijuí, Ijuí: 2013.
CASTELLAR, S. M. V. A alfabetização em geografia. **Espaços da Escola**, Ijuí, v. 10, n. 37, p. 29 - 46, jul/set, 2000. Disponível em: Acesso em: 22 out. de 2020

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papyrus, 1998.

_____, L. S. O ensino de geografia na escola. **Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

_____, L. S. **Referências Pedagógico-Didáticas para Geografia Escolar e Um Profissional Crítico em Geografia**: elementos da formação inicial do professor. In: CAVALCANTI, L. S. O Ensino de Geografia na Escola. Goiânia: Ed. Vieira/NEPEG, 2010.

COUTO, M. A. C. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Componente curricular: Geografia**. Parecer Crítico, 2016. Disponível em: . Acesso em: 20 out. 2020.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

DOMINGUES, J. J.; TOSCHI, N. S.; OLIVEIRA, J. F. de. A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública. **Revista Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 70, abr./00. Disponível em: Acesso em: 22 out. 2020.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas** /; tradução Salma Tannus Muchail. 8 ed. (Coleção tópicos) São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOODSON, I. F. **Currículo**: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995

_____, I. F. Currículo, narrativa e futuro social. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 35 maio/ago. 2007. Disponível em: Acesso em: 15 out. 2020.

PERRENOUD, P. **Práticas Pedagógicas, profissão docente e formação – perspectivas sociológicas**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.



- PEREIRA, I. M. **O contributo da educação geográfica para uma educação para a cidadania – a educação intercultural.** In: V CONGRESSO DA GEOGRAFIA PORTUGUESA, Guimarães/Portugal, 2004. Anais, 17 páginas
- PORTELA, M. O. B.; A BNCC para o ensino de Geografia: a proposta das Ciências Humanas e da interdisciplinaridade. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.1, p. 48-68, 2018. Disponível em . Acesso em: 20 out. 2020.
- SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** Porto Alegre: Artmed, 2000.
_____, J. G. (org.) **Saberes e incertezas sobre o currículo.** Porto Alegre: Penso, 2013.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre ciências.** 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, I. S. F.; PRESTES, R. I. VALE, A. M. Brasil, 1930 - 1961: escola nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 22, p.131–149, jun. 2006. Disponível em: . Acesso em: 25 out. 2020.
- STRAFORINI, R. O Currículo de Geografia das Séries Iniciais: entre o conhecer o que se diz e o vivenciar o que se pratica. In: TONINI, I., GOULART; MARTINS; CASTROGIOVANNI, KAERCHER, (organizadores). **O ensino de Geografia e suas composições curriculares.** Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 41-59.
- YOUNG, M. F. D. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: a defesa radical de um currículo disciplinar. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 48 set.-dez. 2011. Disponível em: . Acesso em: 22 out. 2020.